

Origens históricas da Organização Odebrecht: retrato da apropriação privada da natureza no Baixo Sul da Bahia-Brasil

Historical Origins of the Odebrecht Organization: Portrait of Private Appropriation of Nature in the Bahia Southern Lowlands-Brazil

Aline dos Santos Lima

Instituto Federal Baiano (*Campus* Santa Inês), Brasil
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0150-6586>
e-mail: lineuneb@yahoo.com.

Recepción: 20.02.2019

Aprobación: 13.04.2020



Resumo: A geografia histórica da Organização Odebrecht demonstra as investidas conduzidas por uma empresa brasileira de origem familiar que se transformou numa *holding* territorializada por mais de três dezenas de países. O que não se difunde, seja na mídia ou nas publicações divulgadas pela Organização, é o processo de apropriação privada da natureza conduzido pela família Odebrecht na Bahia ao longo do século XX. O objetivo do texto é apresentar a espacialização temporal da família Odebrecht no Baixo Sul baiano, o que reflete a forma como o campo brasileiro vem sendo apropriado por empresas transacionais com o apoio das três instâncias do Estado. Para tanto, procedeu-se ao levantamento de pesquisas e de publicações que demonstram a trajetória de investidas da família Odebrecht no espaço rural baiano à luz da discussão teórica da apropriação privada da natureza com o uso da violência em suas várias dimensões. O resultado desse processo é que a Organização Odebrecht, além de intervir no campo brasileiro para acumular capital, criou projetos educacionais e de geração de trabalho e renda que funcionam como *marketing* gratuito para a corporação.

Palavras-chave: Organização Odebrecht, geografia histórica, Baixo Sul da Bahia.

Abstract: The historical geography of the Odebrecht Group demonstrates the passage of a Brazilian family-owned company that became a holding company that has been territorialized by more than three dozen countries, thanks to the operation of the businessman-entrepreneur Norberto Odebrecht.

What has not been disseminated, whether in the media or in publications by the Organization, is the process of private appropriation of nature that has been conducted by Odebrecht in Bahia during the twentieth century. The purpose of this paper is to present the temporal spatialization of the Odebrecht family in the Bahia Southern Lowlands, which reflects the way that Brazilian field has been appropriated by transnational companies, mainly with strong State support. Therefore, there has been data collection in research and publications that demonstrate a series of onslaughts on Bahian rural space in the trajectory of Odebrecht family that has been investigated in light of the theoretical discussion about private appropriation of nature with use of violence in its various dimensions. The result of this process is that the Odebrecht Organization, in addition to intervening in the Brazilian field to accumulate capital, created educational and job and income generation projects that work as free marketing for the corporation

Keywords: Odebrecht Organization, historical geography, Bahia Southern Lowlands.

INTRODUÇÃO

A geografia histórica da Organização Odebrecht demonstra as investidas socioespaciais conduzidas por uma empresa brasileira de origem familiar que se transformou numa *holding* territorializada por mais de três dezenas de países (Lima, 2017). Este “salto” (destaque nosso) se deu graças à atuação do engenheiro Norberto Odebrecht (1920-2014), especialmente através das relações que ele firmou com agentes públicos (das três instâncias do poder) e econômicos ao longo de sua vida empresarial (Gonçalves, 2003).

A projeção midiática em torno do sucesso da Organização Odebrecht se contrapõe ao silenciamento relacionado a origem agrária¹ desta corporação, especialmente em face da apropriação privada da terra no Baixo Sul da Bahia. Inicialmente, este processo ocorreu com o uso da violência (Silva, 2013; Gonçalves, 2014; Porto, 2016). Mas, ao longo dos anos, as intervenções adquiriram um tom mais sofisticado, sendo pautadas através da implementação sistemática de projetos educacionais e de geração de trabalho e renda (Lima, 2017).

Esse quadro reflete a forma como o campo brasileiro vem sendo apropriado por empresas transacionais com forte apoio do Estado confirmando o processo que David Harvey qualificou como acumulação via espoliação. O uso dessa

¹ Tratar de uma origem agrária significa compreender a contradição estrutural do modo de produção capitalista que, historicamente, se reproduz pela concentração dos meios de produção (terra e água) e pela exploração da força de trabalho. Neste sentido, se conforma uma questão agrária de caráter abstrato, mas que tem uma dimensão territorial que “adquire concretude e materialidade através da apropriação privada da natureza pelos grupos sociais e que se manifesta na estrutura da propriedade da terra” (Germani, 2010: 272).

expressão é uma tentativa de atualizar o conceito marxista de acumulação primitiva, ou, como prefere o geógrafo britânico, acumulação original².

Em face das características do capitalismo contemporâneo a acumulação via espoliação adquire novos contornos. Desse modo, “alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram (...) grandes trampolins de predação, fraude e roubo” (Harvey, 2012: 122). Desta maneira, a acumulação via espoliação se atualiza e passa a agregar “mecanismos inteiramente novos”, a exemplo dos direitos de propriedade intelectual, do patenteamento e do licenciamento de material genético e da transformação das formas culturais e históricas da criatividade intelectual em mercadoria. Acrescenta-se ainda que “o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular” (Harvey, 2012: 123).

Recorrer ao conceito de acumulação via espoliação é fundamental, pois ajuda a compreender como a violência usada na apropriação privada da natureza foi essencial para que a família Odebrecht conseguisse ter acesso à terra, atrair investidores, firmar parcerias e criar empresas no Baixo Sul (anos 1940-1970). O acúmulo de capital e as relações construídas ao longo desse processo foram imprescindíveis para que a região Baixo Sul servisse como modelo de responsabilidade social em face dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda, criados como uma espécie de estratégia de marketing “gratuita” para as Organizações Odebrecht (a partir do final dos anos 1980).

A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA ODEBRECHT NO BRASIL

A criação da Organização Odebrecht remete a primeira metade do século XX quando o jovem Norberto Odebrecht (1920-2014) assume os negócios da família³. Norberto é filho de Emílio Odebrecht (1894-1962), importante nome da

² Segundo Harvey (2012: 121), um exame da descrição que Karl Marx faz da acumulação original revela uma gama de processos, como, por exemplo, a “mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito”.

³ Norberto Odebrecht é o principal nome da quarta geração desta família de origem germânica no Brasil. O primeiro membro, vindo da Pomerânia, atual estado de Mecklemburgo-Pomerânia Oci-

construção civil nacional, responsável por obras em cidades do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. Esse legado fez de Emílio “o pioneiro” na narrativa oficial produzida pela Organização (Odebrecht, 1991).

Norberto Odebrecht nasceu em Recife, em 1920. Antes de se situar na capital pernambucana, seu pai morara no Rio de Janeiro, onde contribuiu com a reconstrução da cidade na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), cujo propósito era desfazer os aspectos da colonialidade nacional, marcando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

A ida de Emílio Odebrecht para a capital pernambucana, em 1917, coincide com a carência de obras demandadas pelo surto da agroindústria açucareira. Inicialmente, ele representava a “Construtora Riedlinger” nos estados de Pernambuco e Alagoas, até associar-se, em 1920, com o engenheiro Isaac Magalhães de Albuquerque Gondim, criando a “Isaac Gondim e Odebrecht Ltda.”. O colapso da economia açucareira provocou o fim da sociedade e, em 1923, Emílio se torna sócio-proprietário da empresa “Emílio Odebrecht & Cia.”, com sede em Recife e filiais em Blumenau, João Pessoa, Maceió e Salvador (Odebrecht, 1991, 2004; Gonçalves, 2003).

Atenuada a fase de construções em Pernambuco, Emílio Odebrecht muda-se com a família para Salvador, em 1925. Nas primeiras décadas do século XX, a Bahia era um estado atrativo, pois requeria muitas obras para os negócios do fumo e do cacau, e as lavouras estavam em alta no mercado internacional (Gonçalves, 2003).

Nos anos 1930, “a firma Emílio Odebrecht & Cia. encontrava-se dentre as construtoras mais ativas da Bahia e do Nordeste, executando obras de vulto para particulares e para o Governo”⁴ (Odebrecht, 1991: 113). Em meio a esse contexto, Norberto Odebrecht ingressa no curso de engenharia, na então Escola

dental, chegou ao país em 1856. O jovem Emil Odebrecht (1835-1912) aportou no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e se dedicou aos trabalhos de engenharia-agrimensura-cartografia. A segunda geração é representada por Edmundo Odebrecht (1864-1908), que assumiu o posto de comandante de navio, apesar do sonho em se tornar mecânico. A terceira geração tem em Emílio Odebrecht (1894-1962) seu principal expoente, nome que se destaca pela introdução da chamada “era do concreto armado” na indústria da construção civil brasileira (Lima, 2017).

⁴ Segundo Gonçalves (2003: 95), “vivia-se na Bahia, naquela época, a chamada ‘era da fermentação edificatória’. Em 1924, o Estado possuía 765km de estradas; quatro anos depois já eram 3.431km. Nesse período, Emílio Odebrecht & Cia. respondeu por várias obras: a Ponte sobre o rio Cachoeira, em Itabuna, a primeira de concreto armado na Bahia; o Edifício Magalhães, de Magalhães & Cia, em 1928; o Palácio da Saúde e da Assistência; a sede da Cia de navegação Baiana; a Catedral de Petrolina (PE); o Hospital das Clínicas (estruturas) da Universidade Federal da Bahia (projetos estruturais); o Hospital Santa Terezinha (atual Otávio Mangabeira) e o Edifício da Secretaria da Segurança Pública”.

Politécnica de Salvador (1938-1943). Antes de concluir os estudos, assume os negócios da família, pois, em decorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os materiais de construção vindos da Europa (principalmente Alemanha, Bélgica e Inglaterra) tornaram-se caros e escassos, deflagrando uma crise no setor. Fazendo jus à alcunha de “o fundador” – tal qual apresentado nos documentos publicados pela Organização Odebrecht – Norberto assume os negócios da família (1941), após falência da empresa fundada pelo pai (Odebrecht, 1991; 2004).

Em agosto de 1944, Norberto Odebrecht cria sua própria empresa, a “Norberto Odebrecht Construtora Ltda.”. Em 1954, essa empresa é transformada em uma sociedade anônima e passa a ser denominada como Construtora Norberto Odebrecht S.A.⁵ (CNO). Seu desempenho como empresário baseou-se, como diria Harvey (2012: 79), em “códigos de honra e de ação” e/ou “redes de confiança entre si”. Tal associação se baseia no fato de que a atuação empresarial daquele engenheiro esteve pautada em pactos firmados com segmentos distintos. O primeiro pacto firmado foi o político, estabelecido com o Banco da Bahia, principal credor da empresa e que se transformou em um aliado na conquista de novos clientes. Um pacto econômico garantiu aos clientes a entrega das obras em menos tempo e com custos mais baixos que a concorrência⁶. E, por fim, um “pacto social” ou “parceria” firmada com os antigos mestres-de-obras da firma do pai (Odebrecht, 1991; Odebrecht S.A., 2013; 2014).

Essa experiência foi sendo aprimorada até ser sistematizada como uma forma de gestão bem específica, chamada de Tecnologia Empresarial Odebrecht (Odebrecht, 1987; 2011) cujo propósito foi difundir para todos os integrantes da corporação um “conjunto de princípios, conceitos e critérios”, bem como os “fundamentos éticos, morais e conceituais” que regem a empresa (Odebrecht, 1991).

⁵ A passagem de firma individual para sociedade anônima foi motivada por uma doença que debilitou Norberto Odebrecht. Após ficar 37 dias acamado e afastado do mundo do trabalho, o engenheiro compreendeu que “era indispensável criar uma estrutura capaz de substituir o empresário e a estrutura mais adequada para tanto era uma sociedade anônima”. Atrelado a isto ele se empenhou no processo de “identificação e a formação do substituto”. Assim, “a sobrevivência da empresa tornava-se independente da existência biológica dos Homens que a constituíam e os contratos em curso poderiam ser plenamente cumpridos, sem prejuízo” (Odebrecht, 1987: 451).

⁶ A importância da articulação com agentes econômicos e públicos foi bem compreendida por Norberto Odebrecht, especialmente através dos pactos firmados com representantes de tais setores desde a época em que era, apenas, um jovem engenheiro que vivia na cidade de Salvador, seja a relação construída com o banqueiro Fernando de Góes, com o empresário e professor Miguel Calmon e até mesmo com representantes das administrações estaduais, como os governadores Octávio Mangabeira (1947-1951) e Juracy Magalhães (1959-1963). Em outros termos, o aprendiz de empresário compreendeu a “lógica que regulava o funcionamento do incipiente campo dos construtores no país: a composição de interesses entre agentes públicos e privados” (Gonçalves, 2003: 97).

As parcerias com distintos segmentos da sociedade, fez com que Norberto Odebrecht adquirisse prestígio, sanasse as dívidas paternas, reerguesse o patrimônio e crescesse como “empresário autêntico” (Odebrecht, 1991). Logo vieram os empreendimentos que fortaleceram a credibilidade da Construtora, que no “final da década de 40 (...) já era uma das mais importantes da Bahia, realizando inúmeras obras por todo o Estado” (Odebrecht, 1991: 163).

AS INVESTIDAS DE NORBERTO ODEBRECHT NO BAIXO SUL DA BAHIA

Dentre primeiras construções assumidas pela CNO, está o porto de Ituberá, no Baixo Sul da Bahia⁷. O contexto sociopolítico para essa obra foi descrita por Norberto Odebrecht do seguinte modo

Estamos no final da década de 1940. Desde o século anterior, a navegação de cabotagem era a maior força motriz das cidades estuarinas do Baixo Sul. Os barcos cuidavam basicamente do transporte dos principais produtos regionais: a piaçava, os pescados e o cacau (...) Com a construção da BA-002, atual BR-101, tal realidade mudaria. O transporte passaria a ser feito por terra, o que provocaria a desativação da navegação de cabotagem e o início de um processo de decadência das cidades em formação (...) O governo federal, reconhecendo a delicadeza da situação, tentou intervir para o fortalecimento do transporte marítimo-comercial. Por meio do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, o Ministério da Viação e Obras Públicas implementou um plano de estímulo à pequena navegação de cabotagem em todo o litoral Sul da Bahia. Visando à melhoria da movimentação de cargas, obras como pontes de atracação e armazéns para depósito de mercadorias foram projetadas. Para sua feitura, foi contratada a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (Odebrecht, 2004: 71-73).

Considera-se a construção do porto em Ituberá um marco na vida de Norberto Odebrecht. Após essa experiência, o empresário vai se qualificando como um “decididor”, indivíduo que, para Santos (1997: 65), é aquele capaz de “escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar”. O que Milton Santos nomeia “decididor” pode ser comparado ao que Norberto entendia como “empresário autêntico”, ou seja, um indivíduo “insatisfeito com o mundo, tal qual ele existe [e, por isso, precisava] transformar o mundo, tornando-o melhor para si próprio e para seus semelhantes, inovando e criando, sem cessar, melhores e maiores riquezas” (Odebrecht, 1991: 139).

Para Maria Helena Ochi Flexor, o Baixo Sul da Bahia “é uma das regiões de maior diversidade ambiental e paisagística do planeta” (Flexor, 2004: 32). Tal

⁷ Considera-se como Baixo Sul o recorte espacial formado por 15 municípios, são eles: Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (SEPLAN, 2015).

aspecto foi preponderante para as investidas de Norberto Odebrecht naquela região entre as décadas de 1940-50. Segundo o próprio engenheiro-empresário,

Forçado a frequentes visitas à região de Ituberá, acabei por encantar-me por suas belezas e riquezas naturais. Certa ocasião, fui convidado a visitar, nas proximidades da cidade, a Cachoeira de Pancada Grande, no Rio Serinhaem, com 63 metros de altura e uma vazão mínima, no auge da estiagem, de 1,5 m³/seg. A floresta em redor da cachoeira e da região era de mata tropical, bastante densa, levando-me a pensar acerca: da beleza do conjunto; da quantidade de energia desperdiçada; da riqueza que poderia ser gerada através do aproveitamento racional dos recursos naturais (Odebrecht, 1991: 164).

As potencialidades da região – fundamentais para o povoamento secular de comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas⁸ e pescadores artesanais dedicados a mariscagem, a pesca e as atividades extrativistas – despertou o interesse de Norberto Odebrecht. Como ele mesmo descreveu

Nas diversas viagens que passei a fazer ao Baixo Sul, pude atestar a existência de intensas riquezas naturais que compunham a região [...] Absorto em meu raciocínio empresarial, passei a vislumbrar a geração de riquezas, o desenvolvimento econômico e o alcance social dos investimentos produtivos naquela região esquecida e ainda sem qualquer articulação econômica com a Capital do Estado (Odebrecht, 2004: 74-75).

Esse contexto acentuou o “raciocínio empresarial” de Norberto Odebrecht (Odebrecht, 2004: 75). Na condição de decisor/empresário autêntico e ciente de que se obtivera “sucesso na construção civil, poderia obtê-lo em qualquer outro negócio”, Norberto passou a desenvolver projetos na região (Odebrecht, 1991: 179). Desse modo, é imprescindível conhecer tanto as atividades industriais – através da S.A. Ituberá Comércio Indústria (SAICI) – quanto as atividades agrícolas – com a Agrícola Seringalista da Bahia S.A. (AGRISA) – da Odebrecht no Baixo Sul baiano, observando sempre o desdobramento desses processos no bojo de uma empresa que adquire dimensão global em sua trajetória.

⁸ Quilombola é um termo político que representa a resistência das populações negras que foram historicamente escravizadas e perseguidas. Nos dias atuais, é possível falar de comunidade remanescente quilombola para qualificar as “comunidades formadas no pré ou no pós-abolição por escravizados, ex-escravizados e seus descendentes, com características socioculturais e raciais que evidenciam uma ancestralidade negra e uma trajetória própria de luta pelo acesso e permanência na terra” (Silva, 2013: 17-19). Segundo dados sistematizados pelo Projeto GeografAR, no município de Ituberá, existem, cinco comunidades negras rurais e quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, são elas: Brejo Grande, Cágados, Ingazeira, Lagoa Santa e São João de Santa Bárbara (GeografAR, 2011).

S.A. ITUBERÁ COMÉRCIO INDÚSTRIA: MUITO INVESTIMENTO, POUCO SUCESSO

Em 1953, Norberto Odebrecht cria, em sociedade com os príncipes de Orleans e Bragança, a S.A. Ituberá Comércio Indústria. Suas atividades eram diversificadas e consistiam nas seguintes áreas: “geração de energia elétrica; extração, transporte e beneficiamento de madeira⁹; autoclavagem; vila residencial; campo de pouso e exploração de instalações aeroportuárias; agenciamento de passagens aéreas; e distribuição de energia” (Odebrecht, 1991: 166-167). Segundo Norberto Odebrecht,

Na qualidade de ‘empresário madeireiro’ (...) Instalei uma fábrica imensa. Comprei o que havia de mais moderno em equipamentos (...) achei as madeiras nobres de que necessitava. Como as fontes de matéria-prima situavam-se a cerca de 200/250km de Ituberá, tornava-se indispensável encontrar meios econômicos de transporte. Sem hesitar, importei da Alemanha dois grandes cavalos mecânicos MAN, a óleo diesel, com reboques, e capacidade de 15 toneladas cada. Para ter-se uma idéia do porte desses veículos, basta lembrar que no Brasil os caminhões ainda eram todos movidos a gasolina e a capacidade de carga dos maiores não ultrapassava oito toneladas. Quando os caminhões chegaram, revelaram-se inúteis: as estradas disponíveis, assim como as pontes, todas de madeira, não suportavam o peso dos veículos carregados (Odebrecht, 1991: 168).

Fica patente que a realização das atividades da SAICI exigiria muito do seu investidor, pois, na década de 1940, as condições objetivas do Baixo Sul não eram favoráveis. A “sorte” (destaque nosso) de Norberto Odebrecht é que “o governo do estado moderno não é senão um comitê para gerir negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx, Engels, 1980: 10). Isso não significa que os capitalistas necessitam do Estado para funcionar, mas “na ausência dele encontram maiores riscos”, pois a “condição preferida para a atividade capitalista” é a de um “Estado burguês” (Harvey, 2012: 79-80).

Para resolver o impasse das vias de tráfego, houve uma articulação com os governos locais para pressionar a gestão estadual no processo de construção de várias obras. A narrativa construída levou em consideração o fato de que a SAICI atendia aos anseios de prefeitos e vereadores de cinco municípios da região e, neste sentido, alguns políticos pediram ao governo do Estado – Luiz Régis Pacheco Pereira (1951-1955) – a construção de 62 km de rodovias para interligá-los. Foi feito um convênio com o Governo do Estado e o município de Ituberá “para melhorar as estradas e construir pontes de concreto, no lugar das de madeira” (Odebrecht, 1991: 168).

⁹ Para saber sobre a exploração madeireira na região, do período colonial até o século XIX, consultar Gonçalves (2014).

Na escala nacional, o poder público também não mediu esforços para apoiar as realizações do engenheiro que se formava empresário. Para contrabalançar o frete dos caminhões que iam buscar madeira num raio de até 250km de Ituberá, uma carga compensadora seria os derivados de petróleo. Havia a possibilidade de a região sediar um terminal de combustíveis. Mas, isso somente seria viável “caso fosse demonstrado que o canal de acesso ao porto de Ituberá tinha o calado necessário” (Odebrecht, 1991: 170). Os representantes do Estado brasileiro não se fizeram de rogados. Segundo Norberto Odebrecht,

Através do Governo do Estado da Bahia, consegui que o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis executasse em tempo recorde a batimetria do canal de acesso, demonstrando-se (...) que, na baixa-mar, o calado situava-se entre 12 e 16 pés, adequado portanto a navios de 1.000 a 1.500 toneladas (Odebrecht, 1991: 170).

A empresa petrolífera fez outras exigências como o encascalhamento de um trecho que dava acesso a Ituberá e a aquisição/operação de um petroleiro para abastecer o terminal de combustível. Novamente, houve articulação com as esferas públicas estadual e nacional. A primeira demanda foi atendida pelo governador Luiz Régis Pacheco Pereira (1951-1955), através de Eunápio Peltier Queiroz, na ocasião Secretário de Viação e Obras Públicas do estado da Bahia (1951-1954). Já a aquisição do navio-tanque requeria uma transação monetária, “um problema difícil, devido ao rígido controle que o Governo federal exercia sobre o câmbio, no início dos anos 50”. Essa situação foi resolvida, novamente, com o apoio de Régis Pacheco. Este último determinou que o baiano Rômulo Barreto de Almeida, na época Assessor Econômico para assuntos do Nordeste (1951-1953) do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), intermediasse a compra de dólares para efetivar a transação (Odebrecht, 1991: 170-171).

Cabe mencionar, também, que o governo federal concedeu a outorga para o empresário construir uma usina, bem como a “concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Pancada Grande, existente no rio Serinhaem” num prazo de 30 anos (Brasil, 1951). Com o encerramento das atividades da SAICI, o Decreto n°. 29.971 de setembro de 1951 foi revogado e a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira foi transferida para o Governo do Estado da Bahia (Brasil, 1959).

Outro ponto relevante, é que Norberto Odebrecht conseguiu atrair para o Baixo Sul importantes grupos empresariais, tais como: a *Standard Oil* (Esso), que instalaria o terminal de combustível – em Gravatá, na Baía de Maraú, perto de Ituberá – para distribuir derivados de petróleo; as Indústrias Reunidas Matara-

zzo, que plantaria dendezeiros para fazer óleo; e a Companhia *Firestone*, que plantaria seringueiras para fazer pneus (Odebrecht, 1991).

Além do mais, Norberto Odebrecht fez vários investimentos infraestruturais na região para atrair mão de obra qualificada. Esse tipo de ação se encaixa nas análises que Piquet (1998) propôs ao discutir o modo como importantes grupos econômicos buscam diversificar suas “carteiras de inversões”. A posição de crescimento exige novas condições de produção e padrões locacionais diversos, muitas vezes não disponíveis na escala local. Por isso, empresários como Norberto Odebrecht são levados a investir em itens complexos e dispendiosos como meio de comunicação e oferta de serviços educacionais e de saúde, ou seja, criam condições gerais de produção particulares.

Assim, Norberto Odebrecht construiu uma “vila residencial, além de aduzir, tratar e distribuir água” e edificou um “campo de pouso e uma estação de passageiros”, para o qual fez um acordo com a empresa “Transportes Aéreos Salvador” negociando o agenciamento de pousos e de voos semanais (Odebrecht, 1991: 164-166).

Essas obras de infraestrutura, ou, como diria Santos (2008: 17), esse “trabalho humano materializado e geografizado”, promoveram significativa mudança na dinâmica socioespacial da região. Tanto assim, que segundo o próprio Norberto, “Em 1953, Ituberá estava transformada. Seu comércio pulsava graças ao dinheiro circulante (...) Aviões lotados trafegavam diariamente no recém construído campo de pouso. Consideravam-me um benfeitor, a ponto de meu nome ser emprestado para um bairro da cidade” (Odebrecht, 2004: 76). Inclusive, há outro bairro em Ituberá chamado “Compensado”, localizado nas imediações do antigo galpão onde funcionava a fábrica de compensados da SAICI (Gonçalves, 2014).

A dinâmica da cidade de Ituberá, em decorrência das atividades das empresas criadas/atraídas por Norberto Odebrecht, é confirmada pela Enciclopédia dos municípios brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta, consta que

No ano de 1950 (...) com a criação Sociedade Anônima Ituberá Comércio e Indústria, seguida pela Esso Standard do Brasil, que aí montou um terminal para o abastecimento de gasolina ao sul do Estado, e com as plantações de dendê e mamona, efetuadas no parque industrial da firma Indústrias Reunidas Matarazzo, a cidade ressurgiu, reencetando uma nova marcha de progresso (IBGE, 1958: 343).

Há, também, registros das sessões da Câmara Municipal do município de Ituberá que enaltecem a figura de Norberto Odebrecht confirmando a predileção do legislativo municipal pelo benfeitor. Em suas pesquisas de doutorado, o histo-

riador Elivaldo Souza de Jesus sistematizou alguns desses relatos a partir das “Atas das Sessões Ordinária da Câmara de Vereadores” referente ao ano de 1954. Na tese, o autor apresentou dois desses registros

(...) não é admissível, nem seria justo, deixar de registrar aqui, num gesto de sincera homenagem, o nome do Eng^o Norberto Odebrecht, o qual como um enviado da Providência, fez-se o pregoeiro dessas possibilidades magníficas atraindo os elementos que com ele dinamizaram neste momento o parque industrial de nossa terra.

Após historiar os principais empreendimentos de sua administração à frente da Prefeitura, agradeceu a todos quantos contribuíram para o brilhantismo de sua gestão, ressaltando a cooperação dos srs. vereadores em geral, não esquecendo a pessoa do dr. Norberto Odebrecht, um dos pioneiros do progresso de Ituberá (Jesus, 2015: 74).

Entretanto, nenhum dos ramos da SAICI era individualmente lucrativo, sem contar que exigiam um árduo trabalho de articulação empresarial para manutenção do seu equilíbrio financeiro. Desse modo, a empresa foi liquidada em 1954 (Odebrecht, 2004; Gonçalves, 2014). Segundo a narrativa oficial, após a falência da SAICI, Norberto Odebrecht passou a trabalhar no sentido de recuperar-se economicamente através das atividades da sua Construtora que “recomeçou a crescer rapidamente” e expandiu suas atividades para a região Nordeste na década de 1960 (Odebrecht, 1991: 267).

Não é demasiado lembrar que esse recomeço teve o apoio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1959-2001). Criada para incentivar a industrialização do Nordeste, a SUDENE abriu novas oportunidades de crescimento para a Odebrecht, que participou intensamente da construção do parque industrial daquela região (Odebrecht S.A., 2004). Segundo o próprio Norberto Odebrecht, seu crescimento empresarial estaria relacionado a “prioridade que o Governo Federal conferiu, a partir dos anos 50, ao desenvolvimento do Nordeste, através da concessão de incentivos fiscais e outros benefícios a empresas que se instalassem na região e da criação de um órgão federal específico para o fomento regional: a SUDENE” (Odebrecht, 1991: 267). Com tais incentivos, Norberto abriu uma filial em Recife (1961) e consolidou-se regionalmente.

Fica patente que toda a trajetória da Organização Odebrecht confirma a imbricação entre o Estado-capital (Marx, Engels, 1980). Nesse ínterim, é importante considerar a posição de David Harvey, para quem há uma associação entre a formação do Estado e o surgimento da constitucionalidade burguesa na geografia histórica do capitalismo”. Portanto, o Estado teve papel chave na acumulação original e, ainda hoje, é o agente fundamental da dinâmica do capitalismo global, pois se trata de uma entidade política “capaz de orquestrar arranjos

institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes” (Harvey, 2012: 79-80, 111).

A ideia de que os Odebrecht promoveram o progresso e a realização de benfeitorias para/no Baixo Sul não é consensual. Para Egnaldo Rocha da Silva, na verdade, Norberto Odebrecht foi “muito sagaz (...) logo percebeu que ‘a região de Ituberá, rica em recursos naturais’ (...) (Silva, 2013: 127). Ou seja, há contraponto ao discurso difundido pelo capital (Norberto Odebrecht) e pelo Estado (IBGE e vereadores de Ituberá), especialmente no que se refere a memória coletiva das comunidades tradicionais do Baixo Sul. Enquanto o conluio entre capital-Estado vislumbra avanço, as comunidades tradicionais enxergam invasão, conflito, espoliação de terras, rompimento do tempo de tranquilidade (Silva, 2013). Logo, é fundamental conhecer também as estratégias de apropriação da natureza por meio da AGRISA.

A AGRÍCOLA SERINGALISTA DA BAHIA S.A. E A APROPRIAÇÃO DA TERRA NO BAIXO SUL

Ao mesmo tempo em que investia na cidade de Ituberá através da SAICI, Norberto Odebrecht se territorializava no Baixo Sul através da apropriação e concentração da terra¹⁰. Segundo Gonçalves (2014: 73), na década de 1940, o engenheiro “adquiriu grande quantidade de terras do Estado” na região Baixo Sul.

Há indícios que o processo de apropriação das terras no Baixo Sul ocorreu por um violento processo de grilagem. Ou seja, “os métodos da acumulação primitiva são tudo o que se queira, menos matéria de idílios”, pois basearam-se na “conquista”, “dominação” e na “rapina à mão armada” com o “predomínio da força bruta” (Marx, 1979: 13). Significa dizer que tais terras da região eram devolutas e ocupadas por comunidades tradicionais.

Segundo Gonçalves (2014: 80), essas terras eram “secularmente povoadas por comunidades tradicionais, que desenvolveram ali seu modo de vida

¹⁰ As intervenções da família Odebrecht no espaço agrário do Baixo Sul, são praticamente inexistentes nas publicações da Organização. Identificou-se, somente, uma nota no “Boletim Odebrecht Informa”, mais especificamente na seção “Também fazemos agricultura e pecuária”, publicada na década de 1970. Nesta, constava a produção, a equipe técnica e as instituições do Estado que apoiavam as ações dos estabelecimentos “Agrícola Contendas S.A.” e “Agrícola Seringalista da Bahia S.A.” (Lima, 2017). Contudo, observou-se que a concentração de terras por parte de Norberto Odebrecht e sua família, não se limitou ao Baixo Sul. Há registros sobre a aquisição de terras em municípios que, atualmente, compõem os Territórios de Identidade Litoral Norte (1940), Chapada Diamantina (1980) e Médio Rio da Contas (1980) (Prata, 1994; Souza, 2009).

e cultura particulares. Eram terras de negras e negros”. Por conta disso, houve uma expulsão violenta dos antigos moradores que incluía ameaças e destruição das propriedades para dar lugar as grandes fazendas (Silva, 2013; Gonçalves, 2014; Porto, 2016). A pesquisa de mestrado de Egnaldo Rocha da Silva é uma das mais emblemáticas, seja pelo fato de o pesquisador ter o olhar de historiador, seja porque ele é um membro da comunidade de Lagoa Santa, no município de Ituberá, que é estudada na dissertação.

Ao longo do terceiro capítulo da dissertação de Egnaldo Silva, intitulado “Comunidade negra rural de Lagoa Santa: memórias de um conflito agrário”, o autor discute “as invasões que a comunidade sofreu ao longo da segunda metade do século XX, resultando em dois conflitos agrários que subtraíram parte significativa do território da comunidade”. Sua narrativa se atém a dois conflitos fundiários, um ocorrido na década de 1950 e, outro, na década de 1960. Interessa, sobretudo, o primeiro conflito que resultou na grilagem das terras de Maria Leonor e de parte das terras de Serapião Pedro dos Santos por Carlos Vergne dos Humildes.

Segundo Silva (2013: 123-128), Carlos Vergne dos Humildes era natural de Salvador e vivia em Ituberá, onde possuía a padaria ‘Democrata’ no centro da cidade, ponto de encontro dos “roceiros por ser o local onde se vendia farinha”. Além de comerciante, Carlos era político e advogado e prestava serviços jurídicos para Norberto Odebrecht, como consta em vários processos arquivados no Fórum Municipal de Ituberá. As pesquisas de Silva (2013), apontam, também, que a exploração de madeira em larga escala pela SAICI estava associada à grilagem de terras. Depois de griladas, as terras eram “legalizadas” e, parte delas, vendidas a outros grupos empresariais”.

A violência usada para expulsar os posseiros das terras do Baixo Sul eram tanto de natureza física quanto psicológica. O uso da força era usado pelos campangas, cuja representação mais impactante é a “estátua de um homem montado em um cavalo e com um rifle nas costas”. Esse homem é “Joaquim Sampaio Aragão (mais conhecido por Joaquim de Epaminondas, ou Joaquim de Paminona), conhecido na região como sendo o chefe dos jagunços que, a serviço de Odebrecht, expulsou os posseiros de suas terras”. Já a forma subjetiva de agressão, tinha como pano de fundo o contexto político das reformas de base. Alegando que o “governo” iria “confiscar as terras não regulamentadas”, Norberto Ode-

brecht e seu séquito de apoiadores¹¹, conseguiam se apropriar das terras do camponato negro (Silva, 2013: 130-131).

Os relatos também sistematizados por Rafaela Sousa Gonçalves em sua pesquisa de mestrado, dão conta do processo de expulsão violenta dos moradores nas áreas que deram lugar às grandes fazendas de importantes grupos econômicos

Os resquícios dessa ocupação ainda podem ser encontrados [a origem quilombola das terras é apontada na entrevista 31] ‘Que essa terra aqui é quilombo. Descendente de escravo. Aí os escravo se distribuiu por tudo quanto foi de canto, aí tinha muita gente, aí os escravo foi desaparecendo, e o povo foi ficando naqueles lugares, né?’ [...] ‘Não vinha comprando nada não, era chegando e invadindo. (...) Eram muitos moradores que tinha aqui. A distância de tiro, não era perto não. Muita gente aí. Saiu tudo. Só ficou nois aqui...’.

[A entrevista 14 aponta o processo de expulsão violenta] ‘Porque aqui trabalhou um cidadão chamado Zé Veneno – ele já morreu. Entendeu? Mas ele foi meu capataz quando eu cheguei aqui, ele foi meu capataz. E ele contava pra gente, que o pessoal não saía, tocavam fogo nas casa’.

[A entrevista 17, com um quilombola cuja família vivia na área doada para a Colônia Agrícola, demonstra a existência de tensões entre os dois grupos que habitavam o mesmo território] Os moradores tiveram que pagar posteriormente pela terra, como evidenciado em uma das entrevistas realizadas: ‘Mas não doou, não. Aqui pagou. (...) Aquilo ali, levou dez anos, dez, onze anos, depois dividiu pra nós pagar. Eu mesmo paguei (...) Nós ainda tem os carnê pago’ (Gonçalves, 2014: 80-81).

Em sua tese de doutorado, José Renato Sant’Anna Porto apresenta detalhes sobre a “truculência e o uso de práticas opressivas” adotadas por fazendeiros

¹¹ Parte desses apoiadores eram agentes públicos como, por exemplo, Emiliano José dos Santos, o Milano, que era guarda florestal; João da Gomeia ou João Batista, que era agricultor e exerceu o mandato de vereador; Vicente Ribeiro dos Santos, o Vicente fiscal, que fora funcionário da Prefeitura de Ituberá, além de ter assumido o posto de vereador por dois mandatos, 1959-1963 e 1964-1968. O papel exercido por Vicente era muito relevante, pois, antes de se tornar servidor público (1946-1973), fora negociante de animais. Essa ocupação lhe garantiu conhecer as terras da região, experiência que conferiu para a “companhia”, como era chamada a COMEBA, seus serviços como ‘guia’. Sem contar a participação do delegados de terras de Ituberá, o senhor Joaquim Barbosa de Macedo que tanto ajudou no processo de expropriação dos posseiros, quanto acumulou terras para si; cabe informar que Maecedo ‘morava na SAICI’ (Silva, 2013).

Outro dado interessante é que Emiliano José dos Santos era funcionário público, mas seus serviços eram prestados na Fazenda Contendas. Conforme relatou Silva (2013: 125), “Emiliano José dos Santos, era guarda florestal nomeado pelo Governo do Estado e recebia seus vencimentos provenientes da função que exercia através da fazenda Contendas, cujo proprietário era o engenheiro Norberto Odebrecht. Sua função era fiscalizar as matas”. Essas informações referentes à pessoa de Emiliano foram obtidas pelo historiador Egnaldo Rocha da Silva através da consulta ao Processo de Reintegração de Posse nº 08/62 no Cartório dos Feitos Cíveis da Comarca de Ituberá. O papel dos agentes públicos, especialmente, o guarda fiscal e delegado de terras, remete a situação dos das florestas inglesas do século XVIII. Segundo Thompson (1998: 90-91), em toda hierarquia dos funcionários florestais havia sujeitos “gananciosos”. A “maioria deles comprometida com os abusos que a sua posição ou as oportunidades do cargo favoreciam”.

que se apropriavam de terras devolutas na região (Porto, 2016: 258). No caso de Norberto Odebrecht,

A pessoa responsável pela organização das campanhas mata adentro para a expulsão dos posseiros foi Joaquim Sampaio de Aragão, conhecido também na região como Joaquim Epaminondas. Quando estive em campo, entrevistando pessoas nos assentamentos do MST que ficam nesta região, ao perguntar sobre a história do local, ouvi relatos sobre os feitos de Joaquim. Pelos serviços prestados, que garantiram a Odebrecht uma enorme quantidade de terras e fortaleceram ainda mais o poder político do empresário na região, Joaquim recebeu uma homenagem de Norberto, uma estátua que está localizada na Fazenda Juliana, a principal propriedade da família Odebrecht nos vales do Baixo Sul (Porto, 2016: 258).

Na sequência, Porto (2016: 258), apresenta parte da entrevista realizada, em agosto de 2015, com uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Baixo Sul, e que é assentado no Projeto de Assentamento Josinei Hypolito,

Sua fala mostra que o uso da violência era expediente corriqueiro na expulsão dos posseiros por Joaquim, a mando de Norberto ‘[...] ele tinha uma grande quantidade de terra, que trabalhava mais os avô e os pais dele, naquela época. E que tudo aquilo ali, Norberto, através de um tal Joaquim, chegaram lá, ofereceram casa, ofereceram uns recursozinhos para eles abandonar aquilo ali, passar aquilo ali e ir embora. Como ele não quis, o que foi que aconteceu? Expulsaram o pobre do velho lá da roça. Tomaram na raça. Lá no fundo da fazenda. Joaquim era o capanga e era terrível. [...] Ele era um homem muito respeitado por Norberto e foi muito as área do povo que eles tomaram. [...] os que resistiram, tiveram que sair à força. Não teve jeito. Montaram o império’ (Porto, 2016: 258).

As terras apropriadas violentamente por Norberto Odebrecht foram usadas para três fins (criação de fazendas, doação e venda) e um grande propósito (ação social) como tentaremos expor.

A finalidade principal das terras apropriadas foi a criação de fazendas. Foram criadas ao menos duas grandes propriedades, a Agrícola Contendas S.A., no município de Ituberá, e a AGRISA, no município Igrapiúna, esta última com uma extensão de 4.820 hectares (Silva, 2013; Gonçalves, 2014; Porto, 2016). Há indícios de que esses estabelecimentos estavam vinculados a Companhia de Melhoramentos Rurais e Urbanos da Bahia (COMEBA), cujo direto-presidente era Norberto Odebrecht (Silva, 2013).

A COMEBA atuava no ramo imobiliário (Dantas, 2007). Além disso, essa Companhia “detinha a propriedade de inúmeras fazendas na região; entre elas, as propriedades denominadas Antuerpia, Namur, Pau Só e Contendas”. Essas terras “eram ocupadas por posseiros, em sua maioria negros, que tiveram as suas benfeitorias ‘avaliadas e indenizadas’ pela COMEBA, perfazendo um total de mais de 100 famílias de pequenos posseiros que, provavelmente, foram obrigados

a abandonar as terras que ocupavam” (Silva, 2013: 129). Além disso, Egnaldo Silva, citando a dissertação de Kevin Michael Flesher, confirma que

[Norberto Odebrecht] ganhou o título de terras devolutas entre Igrapiúna e o km 29 da BA-250, uma grande extensão de terra que cobre mais de 100 km². Odebrecht comprou-as de muitos dos posseiros que viviam nas terras, embora eles não tivessem o título legal de suas terras e as pessoas afirmarem que aqueles que não quiseram vendê-las eram forçados a sair por jagunços (bandidos contratados). Uma vez que seus títulos de terras foram garantidos, Odebrecht fundou a SAICI (Sociedade Anônima Industrial e Comercial de Ituberá), uma empresa pública criada para explorar e processar as madeiras da região (Flesher, 2006: 129-130 *apud* Silva, 2013: 129).

Outra finalidade da concentração da terra foi a doação para atingir interesses próprios. Norberto Odebrecht doou parte de uma fazenda para a construção do Hospital Municipal de Ituberá (Fazenda Transval) e outra para a construção do Terminal Rodoviário do município (Fazenda Passagem) (Silva, 2013). O próprio Norberto, inclusive, relata que em sua tentativa para dirimir quaisquer empecilhos para a instalação da SAICI no Baixo Sul, chegara, inclusive, a propor a doação de uma área para a *Standard Oil*. Contudo,

A administração superior daquela empresa havia ficado pasma diante da minha proposição de doar-lhe o terreno onde o terminal de combustíveis seria instalado. Sem dúvida era estranho: um empresário brasileiro, com apenas 29 anos, insistindo para fazer uma doação àquela que, na época, era considerada a maior empresa petrolífera do mundo. Esclareceram-me que, terminantemente, a Standard Oil não aceitava doações. Combinamos então um preço de venda simbólico e, depois de superados outros obstáculos, enfim o terminal de Ituberá entrou em operação (Odebrecht, 1991: 172-173).

Além disso, Norberto Odebrecht fez doação de terras para um núcleo de colonização do Ministério da Agricultura voltado para imigrantes japoneses, a Colônia Agrícola de Ituberá – criada pelo Decreto nº. 34.293 de 20 de outubro de 1953 (Odebrecht, 1991, 2004; Gonçalves, 2014; Jesus, 2015). Segundo Norberto, “a partir da doação feita por mim ao núcleo de colonização do Ministério da Agricultura, imigrantes japoneses instalaram-se no município, trazendo do oriente novas cultura e tecnologias de cultivo” (Odebrecht, 2004: 76).

Na opinião de Porto (2016: 255), “o ‘projeto Colônia’ se constituiu em uma articulação política promovida por Norberto para atrair mão de obra imigrante para a região”, o que contribuiria também com a força de trabalho nas áreas de exploração madeireira (Porto, 2016) comuns naquela região desde o período colonial (Gonçalves, 2014).

A terceira e última finalidade da concentração de terras por Norberto Odebrecht foi a mercantilização (mercadificação), já que o engenheiro-empresário vendeu parte das terras para os grupos empresariais que se instalaram na re-

gião, como a *Firestone* que adquiriu uma área, de 9.000 hectares, conhecida como Fazenda Três Pancadas (Silva, 2013; Gonçalves, 2014; Porto, 2016).

Retomando a situação das fazendas criadas pela família Odebrecht, salienta-se que as terras que originaram a AGRISA foram “adquiridas” na década de 1940, sua fundação ocorreu nos anos 50, mas sua exploração só passou a ser realizada na década de 1960 (Gonçalves, 2014). Ou seja, a AGRISA teve sua área coberta de mata até 1965, quando a propriedade foi atendida pelo “primeiro projeto para o Nordeste brasileiro da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”. Assim, a fazenda passou a produzir seringueira para extração de borracha, até que a crise na heveicultura estimulou os primeiros plantios de cacau (Fazenda Reunidas Vale do Juliana, 2015).

A AGRISA já não existe formalmente desde 1993. Segundo Porto (2016: 264), a antiga fazenda foi “repartida em quatro grandes propriedades, subdivididas ainda em 97 glebas”¹². De acordo com uma das entrevistas realizadas por Rafaela Gonçalves, a divisão desta fazenda

Não mudou nada. Só mudou de AGRISA pra Reunidas. Que AGRISA era uma. [...] Mas continuou produzindo, pra melhor, ainda. Antigamente era só AGRISA, mas tinha as regiões: Mina Nova, Vargido, Beira Rio, Sotecal, Vale do Pimenta, Banana D’água, Mirante... era tudo só AGRISA. Hoje são fazendas, unidas. Que se torna Fazendas Reunidas Vale do Juliana. Continua sendo uma grande fazenda, no vale (Gonçalves, 2014: 77).

A informação trazida por Porto (2016) atrelada ao depoimento da pessoa entrevistada por Gonçalves (2014), indicam que, para driblar a força da lei, muitos proprietários adotaram a estratégia do desmembramento de grandes propriedades fundiárias como parte da dimensão espacial da geografia histórica de acumulação do capital. Essa foi uma consequência do I Plano Nacional da Reforma Agrária de 1985, a partir do qual as propriedades acima de 15 módulos fiscais se tornaram passíveis de desapropriação para reforma agrária¹³. Tal estratégia põe em evidência a permanência da questão agrária, em especial na continuidade da concentração da terra que, por sua vez, favorece a destruição do seu uso comum.

No caso da AGRISA sua área foi dividida em estabelecimentos menores, mas o complexo dessas propriedades passou a ser chamado de Fazendas Reunidas do Vale do Juliana. A propriedade passou a ser gerida pelas “concepções filosóficas” da Tecnologia Empresarial Odebrecht. Desse modo, se especializou em

¹² Já a Fazenda Cotendas foi “vendida na década de 1970 e dividida em duas” (Gonçalves, 2014: 79).

¹³ Segundo Fernandes (1999), na década de 1980, grileiros que detinham latifúndios por exploração do estado de São Paulo “tentavam fugir do processo desapropriatório” vendendo partes das terras. Essa tática foi praticada, por exemplo, pela família Mitrovitch que dividiu os 8.993 hectares da Fazenda Laranja Doce em diversas outras propriedades entre os anos de 1987-1993. A mesma tática foi replicada, na Bahia, por Norberto Odebrecht.

negócios voltados para aquicultura, energia, meio ambiente e lavouras de cacau e de pupunha. Com isso, “a antiga visão latifundiária” deu lugar a uma “nova proposta de empreendimento” que alia “justiça social, produtividade e preservação do meio ambiente, a serviço da missão de ‘oferecer serviços e produtos, com responsabilidade social e ambiental, para atender a clientes diferenciados e contribuir com o desenvolvimento regional’” (Fazenda Reunidas Vale do Juliana, 2015).

Em síntese, a violência estrutural que fundamentou a apropriação das terras devolutas (anos 1940-50) usadas para criação de fazendas, doação e venda (1950-1990) ganhou mecanismos novos através de projetos educacionais e de geração de trabalho e renda criados pela Fundação Odebrecht¹⁴ (a partir dos anos 2000).

Se outrora, as famílias expropriadas precisavam migrar ou submeter-se as condições de trabalho determinadas pelas empresas da família Odebrecht ou dos grupos empresariais atraídos por Norberto, atualmente, vigoram outras relações pautadas na educação pelo trabalho difundidas pela Fundação, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 – PROJETOS EDUCACIONAIS E DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA FUNDAÇÃO ODEBRECHT NO BAIXO SUL:

Cadeia produtiva	Cooperativa Agroindustrial	Programa Educacional
Aquicultura	Cooperativa Mista de Marisqueiros, Pescadores e Aquicultores do Baixo Sul da Bahia, criada em 2003 em Ituberá	Casa Familiar das Águas do Baixo Sul da Bahia, criada em 2004 em Ituberá
	Cooperativa dos Aquicultores de Águas Continentais, criada em 2010 em Ituberá	
Mandioca	Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves, criada em 2000 em Presidente Tancredo Neves	Casa Familiar Rural Presidente Tancredo, criada em 2002 em Presidente Tancredo Neves
Palmito	Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul, criada em 2004 em Ituberá	Casa Familiar Rural de Igrapiúna, criada em 2007 em Igrapiúna
Piaçava	Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da Área de Proteção Ambiental do Pratigi, criada em 2005 em Nilo Peçanha	Casa Familiar Agroflorestal do Baixo Sul da Bahia, criada em 2005 em Nilo Peçanha

Fonte: adaptado de Lima, 2017: 232.

¹⁴ A Fundação Emílio Odebrecht foi criada em dezembro de 1965. Suas ações eram restritas aos funcionários da CNO no que se refere a prestação de benefícios que a previdência social não abrangia ou cobria inadequadamente, como a assistência médico-hospitalar, ambulatorial, odontológica, farmacêutica, educacional e recreativa. Em 1988, passa a se chamar Fundação Odebrecht e redireciona seu foco para a promoção de projetos voltados para educação pelo trabalho/desenvolvimento sustentável, especialmente em comunidades rurais (Lima, 2017).

O Quadro 1 aponta a existência de quatro projetos que atendem as comunidades rurais do Baixo Sul mediante determinada potencialidade. Assim, para cada cadeia produtiva existe uma cooperativa e instituição de ensino criadas entre 2000-2010, muito embora o contexto para sua criação remeta aos anos 1940. Essas instituições ofertam serviços para núcleos familiares, chamadas como unidades-família, que passam a ter acesso a qualificação e a produção de matérias-primas que serão beneficiadas e comercializadas (Fundação Odebrecht, 2011). O funcionamento deste processo ocorre do seguinte modo:

- a) a/o chefe da unidade-família e filhos/as adolescentes/jovens são inseridos em ações educativas. Os primeiros fazem cursos de formação continuada em alguma instituição parceira da Fundação. Os últimos cursam o ensino regular de ensino médio nas chamadas Casas Familiares;
- b) a unidade-família passa a produzir algum segmento dentre as principais cadeias produtivas da região;
- c) a/o chefe da unidade-família ingressa numa cooperativa agroindustrial correspondente a lavoura produtiva mais apropriada à sua comunidade. Desse modo, a produção familiar é destinada, exclusivamente, para a cooperativa na qual o peixe, a mandioca, o palmito ou a piaçava são processados e comercializados.

Todas essas mudanças permitem identificar vários aspectos da acumulação via espoliação nas atividades da Odebrecht a partir do Baixo Sul:

- a) as terras que originaram as propriedades da Odebrecht foram adquiridas através da expulsão violenta das comunidades quilombolas e privatizadas em nome da empresa;
- b) o direito das comunidades quilombolas às terras partilhadas foram substituídas pelo regime de contrato, seguido pela parceria até atingir a cooperativismo¹⁵. Essa passagem não significa menos violência e mais autonomia dos sujeitos envolvidos (Lima, 2017), pois a cooperação é permeada de “coerções e apropriações

¹⁵ O regime de trabalho na AGRISA era o de “contratista”, através do qual “um contratante interessado em explorar uma porção de terras na fazenda poderia organizar um grupo de trabalhadores através de um contrato com duração de alguns anos”. Esse sistema foi posteriormente substituído, especialmente com a criação das Fazendas Juliana, pelo regime de “parceria”, através do qual “os parceiros, organizados em unidades familiares, ocupavam glebas e as exploravam num sistema de divisão da porcentagem da produção com o proprietário da fazenda” (Gonçalves, 2014: 76). Com os projetos educacionais e de geração de trabalho e renda a relação é totalmente modificada a partir do fomento ao cooperativismo (Lima, 2017).

- de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças” (Harvey, 2012: 122);
- c) as formas alternativas de produção/consumo das comunidades tradicionais foram redimensionadas a partir dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda, com tendência para avançar para outras regiões do estado (Lima, 2017). Ademais, a produção adotada nos projetos segue à risca o uso de maquinários, insumos químicos e plantas geneticamente modificadas/organismos aquáticos confinados e controlados. A adoção de mecanismos inteiramente novos em atividades convencionais como o plantar e o pescar, envolve o direito de propriedade intelectual/patenteamento/licenciamento de material genético;
 - d) na medida em que os projetos educacionais e de geração de trabalho e renda são implementados pela Fundação Odebrecht, eles confirmam a existência de um processo colonial/neocolonial/imperial de apropriação recursos naturais (terra e água, antes partilhados pelas comunidades). Tomando como exemplo a cadeia produtiva da mandioca, cuja produção vem avançando para além do Baixo Sul (Lima, 2017), nem todas as unidades-famílias possuem uma propriedade que comporte a mecanização da lavoura. Nesse caso, a família precisa fazer o arrendamento da terra para realizar sua produção. Para que isso ocorra, os gestores das cooperativas se encarregam de arrendar a terra dos fazendeiros da região: leia-se (normalmente) fazendas da própria Odebrecht;
 - e) por fim, a intervenção do engenheiro-empresário Norberto no campo baiano desde os anos 1940 contribuiu para expansão global do grupo Odebrecht na medida em que a *holding* criou um segmento específico para promover ação social: a Fundação Odebrecht. Esta instituição, desde meados dos anos 1980, vem promovendo estratégias de responsabilidade social e *marketing*, antes dessas ações se tornarem “moda” no país a partir dos anos 1990. O que torna esse processo ainda mais complexo é que, de modo geral, as ações dirigidas pela Fundação somente são realizadas com investimento público mediante as parcerias firmadas na relação capital-Estado;
 - f) a expertise adquirida pela Organização Odebrecht em suas intervenções no campo baiano permitiu, ainda, que a corporação pas-

sasse a explorar atividades agrícolas, não somente como ação social através dos projetos educacionais e de geração de trabalho e renda (Lima, 2017). Neste sentido, a *holding* Odebrecht S.A. também tem atuado no campo brasileiro por meio de empresas como a Atvos (2007) e a Odebrecht Terras S.A. (2010). A Atvos atua na produção e comercialização de etanol e açúcar, além de energia elétrica oriunda de biomassa nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Já a Odebrecht Terras S.A., com sede na capital paulista, opera no arrendamento, aquisição e venda de terra; na oferta de matéria-prima, transporte e armazenamento direcionado ao setor sucroenergético; bem como, no aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas, dentre outros (Lima, 2018). Ambas resultam do processo de concentração e centralização do capital de uma grande empresa nacional que se mundializou com a ajuda do Estado mediante a incorporação dos mecanismos da acumulação via espoliação, sobretudo no que se refere ao sistema de crédito e o capital financeiro.

CONCLUSÃO

O propósito é não concluir, mas considerar que os feitos de Norberto Odebrecht a partir do Baixo Sul da Bahia alcançaram uma proporção inenarrável. É inquietante observar que na região a produção da borracha, a Colônia, os projetos de geração de renda e diversas outras atividades têm total relação com os Odebrecht. A impressão que passa é que no vácuo institucional em que atuavam se sentiram deuses. Mas, para isso, Norberto Odebrecht lançou mão de informações privilegiadas e contou com a cumplicidade do Estado para limitar a concorrência, alcançar situações de monopólio e conservá-las. Como diriam Boltanski e Chiapello (2009: 557-558) citando Fernand Braudel, no afã de realizar lucros, os agentes do capitalismo envolvem-se nos denominados “jogos capitalistas” situados na esfera do ‘inabitual’ ou, de forma mais ácida, que transgridem as regras do mercado”. Em outras palavras, o “fundador” da Organização Odebrecht contou com fator fundamental em sua trajetória: as articulações políticas com agentes públicos e econômicos.

O resultado desse processo se confirma imaterial e materialmente. Além do nome Norberto Odebrecht simbolizar um império – na mídia e nas palavras de um assentado do Baixo Sul – e nomear bairros da cidade de Ituberá, é comparado

ao Barão de Mauá, já que ambos são considerados como “mentes inovadoras” e “homens de visão” dos quais a nação precisava – como salientou o economista Marcel Bursztyn ao fazer apresentação da obra “Desenvolvimento sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia” (Bursztyn *apud* Odebrecht, 2004: 19). Para além da escala de atuação local-regional-nacional, o nome Odebrecht se configurou no plano global através de negócios, fundos de investimentos e empresas auxiliares espalhadas por quase três dezenas de países.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Santa Inês pela garantia do afastamento integral das atividades docentes para o desenvolvimento da pesquisa, bem como a Bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boltanski, L. Chiapello, É. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Brasil: WMF Martins Fontes.
- Brasil. (1951). Decreto n.º. 29.971, de 10 de setembro de 1951. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro-RJ, 24 out. 1951. Seção 1, pp. 15.747.
- Dantas, R. M. de A. (2007). *Odebrecht: a caminho da longevidade saudável?* (tese de mestrado). Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ.
- Brasil. (1959). Decreto n.º. 45.849, de 22 de abril de 1959. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro-RJ, 24 abr. 1959. Seção 1, pp. 9.469.
- Fazendas Reunidas Vale do Juliana. (2015). Recuperado de <http://valedojuliana.com.br/wp/>
- Fernandes, B. M. (1999). *MST: formação e territorialização em São Paulo*, 2. ed. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Flexor, M. H. O. (2004). Evolução histórica do Baixo Sul na formação da economia do Recôncavo Sul da Bahia. In N. Odebrecht (ed.), *Desenvolvimento sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia* (pp. 30-69). Salvador, Brasil: CRA.
- Fundação Odebrecht. (2011). *Bases conceituais do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia*. Salvador: Fundação Odebrecht.
- GeografAR. (2011). Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária da Bahia. *Banco de Dados*. Recuperado de <https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>
- Germani, G. I. (2010). Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In A. S. Coelho Neto, E. M. C. Santos, O. A. Silva (eds.), *(Geo)grafias dos movimentos sociais* (pp. 269-304). Feira de Santana, Brasil: UEFS.
- Gonçalves, A. F. (2003). *Cultura & mercado no contexto transnacional: uma etnografia da Tecnologia Empresarial Odebrecht* (tese de doutorado). São Paulo, Brasil: UNICAMP.

- Gonçalves, R. S. (2014). *História ambiental da APA Pratigi – Bahia* (tese de mestrado). Feira de Santana, Brasil: UEFS.
- Harvey, D. (2012). *O novo imperialismo* (6. ed.). São Paulo, Brasil: Loyola.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1958. *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (v. 20). Rio de Janeiro, Brasil: IBGE.
- Jesus, E. S. de. (2015). *Os nipo-baianos de Ituberá: trajetórias, memórias e identidades de imigrantes no Baixo-Sul da Bahia (1953-1980)* (tese de doutorado). Salvador, Brasil: UFBA.
- Lima, A. dos S. (2017). *A territorialização do capital na lavoura de mandioca: a educação pelo trabalho da Aliança Estratégica do Amido no município de Laje (BA)* (tese de doutorado). Salvador, Brasil: UFBA.
- Lima, A. dos S. (2018). A geo-história da Organização Odebrecht: migração, negócios e o “trancafiamento” da natureza. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, 13(30), pp. 187-217. <https://doi.org/10.14393/RCT133008>
- Marx, K. (1979). *A Origem do Capital. A Acumulação Primitiva* (3. ed., tradução Walter S. Maia). São Paulo, Brasil: Global.
- Marx, K. (2013). *A assim chamada acumulação primitiva*. In K. Marx, *O capital: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital* (pp. 785-833). São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Marx, K. Engels, F. (1980). *Manifesto comunista* (6. ed.). São Paulo, Brasil: CHED.
- Odebrecht, N. (1987). *Sobreviver, crescer e perpetuar: tecnologia empresarial Odebrecht*. Salvador, Brasil: Odebrecht.
- Odebrecht, N. (1991). *Educação pelo trabalho: Tecnologia Empresarial Odebrecht*. Salvador, Brasil: Odebrecht.
- Odebrecht, N. (2004). *Desenvolvimento sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia*. Salvador, Brasil: CRA.
- Odebrecht, N. (2011). *O essencial em pontos de referência*. Salvador, Brasil: Odebrecht.
- Odebrecht S.A. (2004). *Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2004*. Salvador, Brasil: Odebrecht.
- Odebrecht S.A. (2013). *Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2012*. Salvador, Brasil: Odebrecht.
- Odebrecht S.A. (2014). *Relatório Anual da Odebrecht S.A. 2013*. Salvador, Brasil: Odebrecht.
- Piquet, R. (1998). *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Porto, J. R. S. (2016). *Poder e território no Baixo Sul da Bahia os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento* (tese de doutorado). Rio de Janeiro, Brasil: UFRRJ.
- Prata, M. del C. L. (1994). *A vida e a lida: estudos sobre trajetórias e projetos de vida de famílias de lavradores no interior do Estado da Bahia*. Salvador: UFBA. (Mestrado em Sociologia).
- Santos, M. (1997). *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção* (2.ed.). São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Santos, M. (2008). *Espaço e método* (5. ed.). São Paulo, Brasil: EdUSP.
- SEPLAN (Secretaria do Planejamento da Bahia). (2015). *Secretaria do Planejamento – Governo da Bahia*. Recuperado de <http://www.seplan.ba.gov.br/>

- Silva, E. R. da. (2013). *Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)* (tese de mestrado). São Paulo, Brasil: PUC.
- Souza, M. de L. C. (2009). *Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno* (tese de mestrado). Salvador, Brasil: UFBA.
- Thompson, E. P. (1998). Costume, lei e direito comum. In E. P. Thompson (ed.), *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (pp. 86-149). São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.